

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DOS MOCAMBOS PARA A RECIFE DOS ANOS 1930 E 1940

Jacqueline de Cássia Pinheiro (UNIGRANRIO)
jpinheiro@unigranrio.com.br

A intenção deste trabalho é estudar a história dos Mocambos do Recife durante os anos de 1930 e 1940, através da dimensão de seu termo. Autores mostram que a palavra mocambo, embora há muito estudada, revela em suas significações uma grande diversidade já que seu sentido é manipulado conforme as visões que recebe ao longo do tempo. A palavra mocambo, além de associada ao quilombo, como mostrou Gilberto Freyre, representando local de esconderijo e resistência dos escravos, também é associada ao local destinado aos negros, aos marginalizados socialmente, à sua dimensão ecológica, às atividades agrícolas, à insalubridade e ao atraso cultural, sendo inclusive, comparados às favelas da cidade do Rio de Janeiro à época do estudo em questão.

Relacionada muitas vezes ao mocambo, as favelas do Rio de Janeiro eram, também, consideradas vergonha nacional, lugar da malandragem e de moradia do negro, considerado como "raça inferior". Neste sentido, a intenção aqui é determinar a origem, o significado e a forma que o termo mocambo fora empregado, analisando-o no contexto em que apareceu como objeto de um debate político intenso desde o final do século XIX, envolvendo políticos, engenheiros, urbanistas, artistas, intelectuais, bem como toda a população do Recife.

Com relação aos mocambos, sabemos que é a partir do século XIX que este tipo de habitação se espalha pelas "zonas desprezadas da cidade". E nessa nova configuração urbana a convivência entre negros e brancos se acentua. Tal convivência se mostrava nas próprias relações e comparações que podem ser feitas, principalmente de acordo com a educação, as posturas e os hábitos de um e de outro. A convivência, na verdade, os afastava (FREYRE, 2000).

Os negros eram "o terror da burguesia dos sobrados", pois habitavam as casas populares da cidade, os mocambos. Vale lembrar

que à época da libertação dos escravos, em 1888, eles não tiveram, a princípio, um gosto pela liberdade. Muitos ficaram sem emprego e as condições de habitabilidade em que se encontravam era muito precária. Eram, em sua maioria mocambos, embora muitos tivessem se alocado em cortiços.

Então, como viviam estas pessoas? Em que condições? Toda vez que se iria retratar a realidade de tais moradias, os materiais de construção dos mocambos não eram mencionados por suas qualidades, mas somente julgados por seus defeitos. Porém, o caráter considerado primitivo não estava somente em seu lado material, mas na própria paisagem social. A ideia de refugio e de local de habitação de negros e pardos dava esse ar de habitação primária comparada às habitações dos primeiros anos da Colônia.

Os mocambos mantinham a intenção de reinventar os estilos de habitação e convivência africanos. Havia um misto de culturas que os próprios negros abarcaram dos europeus cristãos. Nos mocambos, então, havia a configuração de um espaço misto em sua própria estrutura. A diversidade cultural de negros com suas características e com as características dos brancos, se misturavam. Hábitos que ocorriam na frente das casas grandes se perpetuavam nos mocambos, como, por exemplo, cenas das senhoras que catavam piolho de suas filhas na porta da casa.

Bezerra (1965) mostra ainda que no que competem às habitações populares, no final do século XIX os alagados também foram sendo cada vez mais substituídos pelos mocambos, que tinham sua ocupação completamente desordenada, se assemelhando, neste ponto, com as favelas.

O trabalho de José Tavares Correia de Lira, *Mots Cachés: les lieux du mocambo à Recife* (1998), procura desvendar a história da palavra mocambo, mostrando que há muito ela é estudada em suas significações diversas. O autor revela que no fim do século XIX Recife era a principal zona de cultivo e de exportação de cana-de-açúcar, além de se constituir como pólo regional e possuir muitos trabalhadores, além dos escravos. E por causa da aglomeração de trabalhadores na cidade a representação do mocambo não mais era associada somente aos quilombos, mas aos pobres de uma maneira geral.

Já em 1919, na cidade de Recife foi proibida a construção de mocambos em sua região central. Nos anos 20 do mesmo século, os mocambos eram entendidos como sinônimo de diversidade da arquitetura e da cultura popular do Nordeste brasileiro, além de ser encarado como “habitação miserável”, sinônimo de cortiço, embora alguns autores defendessem a ideia de que os mocambos ainda tivessem melhores condições do que este último (LIRA, 1998). Mesmo assim, eram considerados a marca dos problemas sociais da cidade de Recife. A falta de higiene e a necessidade de um olhar mais atento das autoridades pernambucanas também era a preocupação de alguns intelectuais (FREYRE, 1937, p. 81).

A substituição dos mocambos por outro tipo de casas populares na verdade se mostrou como uma substituição somente cenográfica, na visão de Freyre. Este entende que a higiene e a adaptação ao clima pernambucano se fazem sentir mais com os mocambos do que as construções de alvenaria. Este autor observa que o problema dos mocambos deveria ser visto mais como um problema social do que urbanístico, e sua apreensão por parte dos governantes apresentava um teor demagógico.

No período da Segunda Guerra houve um considerável crescimento populacional no Recife¹. Neste meio, disputas pelos aforamentos como os mocambos apareceram como um modo de fazer fonte de renda e tributos. Era o fomento de uma briga entre os administradores da cidade e os donos de mocambos que, pressionados, como enfatiza Daniel Bezerra (1965), criaram sociedades para defender seus interesses. Um grande exemplo aparece no final dos anos 1920: a “Sociedade a Bem de Nossa Defesa”, uma das primeiras associações que deu origem a tantas outras até os anos de 1940 e 1950, como veremos mais tarde. Nessas associações já se mostrava um caráter educador e integrador que se queria durante o Governo Vargas (BEZERRA, 1965).

Em pleno Estado Novo a demolição dos mocambos no centro de Recife ainda representava resquícios dessa mentalidade interventora e dissidente, pois “as transformações por que passaram os ve-

¹ Como mostra o Censo de 1940, o cálculo da população de Recife era de 348.410 pessoas.

lhos centros de Salvador ou Recife são exemplares deste elo entre intervenção urbana e identidade regional” (LIRA, 1999, p. 56).

Tal problema era, então, minimizado com atitudes como exclusão social por um lado e afirmação cultural por outro, já que “[...] houve momentos em que fazia sentido imediato pensar a cidade em referência à raça, à cultura e à nação” (*Ibidem*, p. 57). Isto mostra que o processo de urbanização do Brasil nas décadas de 20 e 30 do século XX garantiu um sem-número de interpretações. Um dos exemplos era o pensamento de Oliveira Vianna, que defendia um culto ao passado para o êxito do nacionalismo brasileiro: “os últimos tempos do Império e, principalmente, os três decênios republicanos representam [...] uma fase de consideráveis alterações na estrutura da nossa população” (VIANNA, 1933, p. 105, *apud* LIRA, 1999, p. 60).

Nas palavras de José Mariano Filho os mocambos eram:

O retorno à vida primária permite aos negros a satisfação de suas tendências raciais, as práticas fetichistas, as danças, as macumbas, etc. As favelas do Rio de Janeiro como os Mocambos do Recife, são puras sobrevivências africanas como o foram os Quilombos dos Palmares no século XVII. (MARIANO FILHO, 1943, p. 20, *apud* LIRA, 1999, p. 63).

Segundo Mariano Filho, em lugar dos mocambos deveriam ser erguidas “cidades-jardins” a fim de acabar com a insalubridade, a promiscuidade e a indisciplina que lhes eram comuns. Estas cidades, ou bairros-jardins, deveriam, entretanto, ser separados dos bairros nobres, como forma de estabelecer uma hierarquia. Mais uma vez, vê-se como as reformas urbanas estavam ligadas, de algum modo, ao debate racial da época.

Tanto as favelas como os mocambos precisariam ser erradicados, no entender de muitos intelectuais e políticos da época, e seus habitantes deveriam trabalhar o mais longe possível do restante da sociedade. Afinal, a se manter esta situação, “a ‘integridade higiênica’ da cidade estava ameaçada” (LIRA, 1999, p. 64).

É importante, ainda, salientar o fluxo migratório europeu nas cidades brasileiras, mostrado por Lira, em que grande parte da população do Brasil descendeu destes imigrantes em algum momento. Embora negros e índios contribuíssem também para essa genealogia, pensadores como Oliveira Vianna viam nos brancos europeus a salvação da nação brasileira, como comentado anteriormente. No e-

xemplo dado pelo autor sobre a cidade de São Paulo, “a miscigenação foi tanto mais rara, quanto mais forte os obstáculos à infiltração de indivíduos de cor na classe superior” (*Ibidem*, p. 65).

Era como se Recife fosse etnicamente dividida em várias cidades, já que podemos observar a variedade de culturas que nela existia, e a dificuldade de adaptação da sociedade a esta variedade.

[...] Recife, cidade vista ao mesmo tempo como símbolo de uma civilização luso-afro-brasileira bem-sucedida, e em que a faculdade de adaptação e hibridização entre raças e culturas e delas com o meio tropical é significativa. (*Ibidem*, p. 68-69).

Mas, o interessante é que o debate acadêmico acaba gerando, no final da década de 1920, uma discussão pela valorização dos dois lados de Recife. Ora pela característica lusitana, defendida por pensadores como Oliveira Vianna, ora pela africana. Isto se dá porque alguns intelectuais, como Gilberto Freyre, vêm na urbanização da cidade alguns limites. Embora se ansiasse por uma urbanização, fazia-se, ao mesmo tempo, a “apologia das velhas ruas estreitas do Nordeste”, pois, para Freyre, o que algumas capitais pretendiam, dentre elas o próprio Rio de Janeiro, era imitar as cidades europeias e, segundo ele, Recife não deveria também fazê-lo. (*Ibidem*, p. 71):

O Rio no conjunto de suas avenidas novas e dos seus palácios cosmopolitas, não passará dum amontoado inexpressivo de construções: imitá-lo será para o Recife o sacrifício de personalidade própria a um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo. (FREYRE, 1924 *apud* LIRA, 1999, p. 72).

Deste modo, podemos perceber que para Gilberto Freyre a uniformização dada pelas reformas urbanas não combinava com o estilo e a identidade da cidade do Recife e é em favor desse regionalismo que Freyre será o porta-voz dos que o acompanham nesta ideia. Neste contexto, os mocambos produzem um interesse diferente, seja por uma curiosidade social, ou por suas características estéticas. Pintores, desenhistas e escritores vêm no mocambo uma forma de se chegar à cultura popular. Gilberto Freyre procura entender os fatores de resistência cultural e ver nos mocambos uma forma de identidade regional que leva à nacional. Um exemplo é a obra *Mocambos do Nordeste*, ensaio de G. Freyre, que “(...) visava pesquisar as constantes e as inovações em matéria de casa popular. O autor aí falava

em causa da região, dos trópicos e da mestiçagem como fatores de resistência à uniformização da cultura” (LIRA, 1999, p. 100).

A preocupação de Gilberto Freyre estava, como indica Lira, em reabilitar o mocambo, considerado por ele uma casa ecologicamente saudável numa época em que a discussão estava em torno de sua erradicação, pois não se encontrava nada de bom neste tipo de moradia. Tal reabilitação ensejada por Freyre teria a ver com a preocupação de reconstruir a memória nacional, as raízes culturais da mestiçagem entre brancos, negros e índios.

Outro autor que também vê revela outra face do termo mocambo é Josué de Castro (1992), que percebia um sentido estético e cultural num mundo de singularidades e de moral próprias. Estes dois autores representam o que Lira chama de “romantização” deste tipo de habitação (LIRA, 1994).

Mas, se o debate andava pelos corredores acadêmicos, pelas empreitadas políticas, como a população do Recife via o papel dos mocambos? O modo como as pessoas encaravam os mocambos era como verdadeiros inimigos da cidade e da população, já que as suas condições de habitabilidade e as noções de raça e etnia da época depunham contra a imagem de progresso para o Recife. Nascia, então, a “Sociedade dos Inimigos do Mocambo”, em 1929. Suas propostas eram o “melhoramento da raça” daquela população e uma especial atenção à saúde das pessoas, o que gerou a ideia de extinção dos mocambos a fim de cortar os males pela raiz. Esta ideia ia de encontro às empreitadas políticas. (LIRA, 1998, p. 94).

Para o discurso implementado pelos políticos, substituir os mocambos por cortiços denotava um interesse de intervenção do Estado. E é a partir de então, anos de 1920, que aparecem os primeiros olhares para os mocambos como um lugar anti-higiênico, feio, inabitável. O termo mudava sua função outra vez.

O Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco, na pessoa do médico Amaury de Medeiros, idealiza e cria em 1924, a “Fundação A Casa Operária”, incisiva nos questionamentos sobre as habitações populares. É o início de um projeto assistencialista, embora o trabalho efetivo do governo frente a esse problema só viesse nos anos 1930.

Deste modo, percebemos como o mocambo foi objeto de um debate político intenso desde o final do século XIX, envolvendo políticos, engenheiros, urbanistas, artistas, intelectuais, bem como toda a população. De um lado, os que não queriam esquecer que este tipo de habitação foi uma marca cultural importante para a cidade de Recife, de outro, os que procuravam dar um novo rumo à cidade, tentando apagar as marcas deixadas pelos mocambos.

É, então, nessa perspectiva que nos anos de 1920 e 1930 os empresários pernambucanos também dão as mãos aos políticos e começam a pensar na higienização da população menos favorecida e ter como preocupação a construção das vilas operárias. Chegava, então, o Estado Novo, e com ele a configuração da luta contra o mocambo tendo como líder o interventor Agamenon Magalhães, como veremos no próximo capítulo. Era uma luta não só contra os mocambos e seus habitantes, mas contra todas as ameaças, entre elas, a que parecia mais grave, o comunismo², e para isso era necessário a ajuda de todas as esferas da população, inclusive da imprensa, pois este era um órgão de tamanha influência na mudança de hábitos num processo de organização e reeducação da sociedade, como era o plano do governo.

Observamos como a concepção do termo pode revelar toda uma relação com a identidade urbana, o sentido do lugar e, ainda, promover um intenso debate entre entidades diversas. A manifestação de cada momento porque a palavra mocambo passou revelou o entendimento de características físicas e simbólicas específicas aproximadamente durante cinquenta anos de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Pernambuco: Imprensa Universitária, 1965.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Gyphus, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Algumas notas sobre o

² O comunismo revelou-se uma grande ameaça, incluindo perseguições a intelectuais e políticos ligados aos mocambos, como Gilberto Freyre e o interventor Carlos de Lima Cavalcanti.

typo de casa popular mais primitiva do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. *Sobrados e mocambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIRA, José Tavares Correia de. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. *Espaço & debates*. São Paulo: vol. 14, n. 37, 1994.

_____. Mots Cachés: les lieux du mocambo à Recife. In: *Genèse. Sciences sociales et histoire*. n. 33. Paris, 1998.

_____. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. N. 1, maio, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.